



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

Autorizada pelo Decreto Federal nº 77.496 de 27/04/76

Recredenciamento pelo Decreto nº 17.228 de 25/11/2016



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UEFS SEMANA NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - 2021

OS ESTUDOS SOBRE POLÍTICA EDUCACIONAL NO PERIÓDICO PRO- POSIÇÕES: UM DIÁLOGO COM A PRODUÇÃO ACADÊMICA (2000-2016)

Victória Carneiro Sousa¹; Elizabete Pereira Barbosa²

1. Bolsista PIBIC/FAPESB, Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: victoriacsousa727@gmail.com
2. Orientadora, Departamento de Educação, Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: beteuefs@uefs.br

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional; Produção acadêmica; Estudos de revisão.

INTRODUÇÃO

Estado da arte, revisão sistemática, estudo de revisão são alguns dos termos que caracterizam pesquisas cujo objeto de análise é a produção acadêmica. Segundo Ferreira, esses trabalhos são

sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito, de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade. (2002, p. 259)

Desde agosto de 2019, a pesquisa “Estudos de Revisão em Educação: tipologias e tendências metodológicas (2000-2016)” está em andamento em sete universidades brasileiras e objetiva caracterizar os trabalhos que pesquisam a produção acadêmica, a partir de um conjunto específico de trabalhos selecionados, identificando e analisando as diferentes denominações e enfoques metodológicos, suas apropriações ou ressignificações e indicando as tendências, as potencialidades e os desafios que se apresentam à área de educação, frente a esse tipo de pesquisa.

O presente estudo foi direcionado pela seguinte questão de pesquisa: quais as principais tendências, características e tipologias da produção acadêmica no campo da política educacional da revista Pro-posições, da Faculdade de Educação da UNICAMP, durante o período de 2000 a 2016? Com isso, nosso objetivo foi primordialmente mapear e sistematizar essa produção, concomitantemente, identificar as tipologias metodológicas e avançar no debate da área de política educacional, ratificar a importância de pesquisas com estudos de revisão para a Educação e aperfeiçoar as técnicas de produção desse tipo de pesquisa.

METODOLOGIA

A pesquisa se enquadra em um estudo de revisão sistemática, que de acordo com Ramos, Faria e Faria (2014, p. 22) caracteriza-se “por empregar uma metodologia de pesquisa com rigor científico e de grande transparência, cujo objetivo visa minimizar o enviesamento da literatura”. A metodologia foi baseada na pesquisa de estudos de

revisão, que contribuiu para a discussão e o mapeamento da produção acadêmica. A revista Pro-posições se encontra inteiramente disponível online, facilitando o acesso do material de análise. Ela também possui nível A1, o mais alto no ranking nacional, ocupando posição de destaque e sendo um bom indicativo de sua área. Os critérios de seleção dos artigos, além de estarem dentro do período delimitado (2000-2016) e em Língua Portuguesa, foi a presença dos descritores: política, educação, política pública e política educacional nos títulos ou nas palavras-chaves dos textos. Foram encontrados um total de 21 artigos que atendiam esses requisitos, descartando 6 artigos dos anos de 2008, 2021 e 2015 por estarem em língua espanhola.

Uma vez delimitado o escopo de estudos da pesquisa, foi feita a leitura na íntegra de cada um dos textos, procedimento que garante uma interpretação mais apurada dos dados. Em seguida, a elaboração de fichas com a identificação dos principais elementos dos textos; caracterização dos estudos e categorização de autores e temas abordados, o predomínio de autorias na publicação (se individuais ou grupos); foco de interesse em temáticas, localização geográfica, recorte histórico e concentração da produção científica por região do país. Após a coleta desses dados nas fichas, eles foram interpretados à luz das abordagens dos estudos de revisão a partir dos critérios previamente definidos.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Após delimitar os textos e realizar a leitura na íntegra, verificou-se que, em relação à distribuição de trabalhos por ano, em 2001, 2010, 2011 e 2016, nenhuma das publicações continha trabalhos com os descritores da pesquisa. Por outro lado, no ano de 2012, o segundo dossiê publicado, cujo tema foi *Novas Relações Estado e Sociedade: tensões entre o público e o privado na Educação*, abarca 5 artigos desse escopo, sendo o maior número de publicações de política educacional por ano. Há dois artigos nos anos de 2000 e 2014, três artigos nos anos de 2002 e 2006 e um artigo publicado em 2003, 2004, 2007, 2008, 2009 e 2005. Em relação ao perfil dos autores, temos o seguinte quadro: dos 21 artigos, 7 foram escritos em co autoria, em dupla. Os outros 14 são produções individuais. 57,1% dos artigos foram escritos por mulheres, e 42,9% escrito por homens. Apenas dois artigos foram escritos por pesquisadores de universidades privadas (UMESP e UNISO), enquanto a maioria advém de instituições públicas. Da caracterização dos autores, os dados mais discrepantes são a respeito da região do país, em uma situação que exclui autores do Norte e Nordeste do Brasil, em detrimento principalmente do Sudeste, que ocupa 70,8% das universidades dos autores dos artigos. Embora exista uma preferência geográfica, afinal a Pro-posições é uma revista da Universidade Estadual de Campinas - UniCamp, em São Paulo, trata-se de um periódico de nível A1, o mais alto no ranking nacional, e portanto de largo alcance e impacto na Academia. Seria democrático que houvesse espaço para publicações de política educacional de pesquisadores nortistas e nordestinos.

Sobre as agências de financiamentos das pesquisas, a grande maioria dos textos não consta apoio financeiro. No artigo *Propostas pedagógicas ou curriculares de educação infantil: para retomar o debate*, de Sonia Kramer, consta apoio do CNPq e da FAPERJ, *Políticas municipais de formação contínua de professores para a educação infantil: estudo de caso* de Lindamir Cardoso Vieira Oliveira e Beatriz Roberto de Lima Cardoso tem apoio da UMESp. A *gestão democrática da educação*

em tempos de parceria entre o público e o privado de Vera Maria Vidal Peroni tem financiamento do CNPq na pesquisa maior cujo artigo faz parte. Por último, *Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica* de Cláudia Vianna contém apoio também do CNPq. Com exceção desses quatro artigos, os outros 17 trabalhos não apresentam nos textos agências de financiamento, o que equivale a 81% dos trabalhos analisados. Isso pode ser um indicativo do pouco interesse dessas agências em financiar pesquisa na área de política educacional. No entanto, como os dados coletados referem-se exclusivamente ao que consta nos textos, não podemos afirmar com precisão.

O foco de interesse em temáticas apresentou certo grau de variabilidade mas, se considerarmos a privatização da educação como uma guarda-chuva que abarca muitos outros temas, veremos que essa pauta foi a mais recorrente dentre os textos analisados. Mesmo os artigos com uma temática mais específica, como os que debatem a educação infantil, ou a educação superior, as políticas estudadas estão dentro do eixo da privatização. Seja em um estudo de caso específico ou analisando de ótica mais geral, de modo geral, a discussão está centrada nos impactos que a desestatização da educação vem trazendo ao Brasil. Isso demonstra como essa vem sendo uma preocupação recorrente na Política Educacional. Ao longo de quase duas décadas, a adoção de políticas neoliberais teve um impacto contundente na educação brasileira, tornando-a o principal foco de interesse dos estudos sobre políticas educacionais na Pro-posições. Em relação ao período das pesquisas, há uma variabilidade entre os anos de cada pesquisa se analisarmos um a um, mas de modo geral, a grande maioria está situada no último quartel do século XX e primeira década do século XXI.

Já em relação ao recorte espacial dos objetos de estudos, treze artigos adotam uma perspectiva nacional, analisando políticas públicas adotadas em âmbito federal. Cinco artigos focam suas análises no estado de São Paulo, e pontualmente, há um estudo sobre a França, um sobre o Rio de Janeiro e um sobre o cone sul Brasil, Chile e Argentina, que estuda as políticas educacionais de forma comparativa entre esses três países. A interpretação dos dados mencionados nos direciona a entender a revista Pro-posições como um periódico com experiência na área de política educacional. Vinte e um trabalhos sobre o tema em pouco mais de uma década e meia não é um volume absurdamente notório, mas sem dúvida não é desprezível. A sistematização das análises sobre esses estudos indicam um padrão de pesquisa sobre políticas públicas que visavam diminuir o papel do Estado na educação durante as décadas finais do século XX. Como já mencionado, o interesse no tema indica como o impacto do neoliberalismo na educação pública se tornou uma preocupação latente para a Política Educacional, na revista Pro-posições que ocupa um lugar de destaque no ranking nacional, sendo um indicativo de comportamento de pesquisas em toda área da educação.

Contudo, essa pesquisa também demonstra a desigualdade geográfica presente na revista: de todos os artigos analisados, as autorias do sudeste representam mais de 70%, e os outros 30% se dividem majoritariamente em autorias do Sul, e por último do Centro-oeste. Há total ausência de autores de universidades nordestinas e nortistas e seus estudos sobre política educacional no periódico durante o período estudado. As

tendências metodológicas dos estudos consistem em sua maioria em estudos de caso de políticas públicas específicas, como os artigos com recorte espacial em São Paulo e no Rio de Janeiro. É importante salientar que a grande maioria dos estudos que analisam as políticas federais realizam sua análise com foco nos textos do ordenamento jurídico e não ao efeito prático das medidas no país. Há ainda dois artigos que centram suas pesquisas exclusivamente no campo teórico, e apesar de utilizarem os descritores conforme o critério de seleção dessa pesquisa, não estudam a política educacional de modo analítico. Dessa forma, esta pesquisa contribui para atender a demanda da sistematização dos trabalhos em educação, conforme Vosgerau e Romanowski:

na área da educação, os estudos de revisão carecem de maior aprimoramento, e na atualidade, devido ao número elevado de pesquisas empíricas realizadas são necessários e fundamentais para sintetizar, avaliar e apontar tendências, mas principalmente para indicar os pontos de fragilidade de modo a favorecer a análise crítica sobre o acumulado da área (2014, p. 184).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, a partir dos dados mencionados, que a revista Pro-posições, durante o período de 2000 a 2016, publicou uma quantidade notável de estudos na área de Política Educacional, cuja maioria versava pela temática da privatização da educação, o que reflete uma preocupação acadêmica com as medidas de cunho neoliberal implantadas pelo Brasil nas últimas décadas. Metodologicamente, os artigos privilegiam a análise de documentos jurídicos, indicando uma lacuna no que diz respeito à investigação do impacto da implementação das políticas analisadas. Assim, apesar dos estudos na Pro-posições não seguirem um padrão metodológico, sua contribuição para a área de política educacional é contundente, à medida que suas análises trazem à luz o rumo das políticas públicas para educação no Estado brasileiro. Por fim, esta pesquisa ressalta a importância dos estudos de revisão. Trata-se de uma tendência de trabalhos que é necessária tanto para mapear e categorizar o volume do que vem sendo produzido, quanto para fazer a análise metodológica e conceitual desses trabalhos. Nos dois casos buscando compreender a tendência da produção acadêmica principalmente frente a temáticas e regiões privilegiadas. Assim, a pesquisa ratifica a relevância dos estudos de revisão para ampliar os estudos e pesquisas em temas lacunares na produção acadêmica. Além disso, é possível otimizar o acesso ao que já foi produzido, pois também é capaz de sintetizar a literatura de determinada área, contribuindo para que haja o avanço do conhecimento.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas "Estado da Arte"**. Educação e Sociedade, [S. l.], 2002.

RAMOS, A.; FARIA, P.; FARIA, A. **Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v.14, n. 41, p. 22, jan./abr. 2014.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de Revisão: implicações conceituais e metodológicas**. Rev. Diálogo Educ, Curitiba, 2014.